

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970
Tel: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

Resumo Público de **Auditoria Anual 2020** do Manejo Florestal da:

Arauco Florestal Arapoti S.A.

Relatório finalizado: 04 de junho de 2020
Data de auditoria de campo: 09 a 13 de março de 2020
Equipe de auditoria: Maureen Voigtlaender
André de Castro e Silva
Clarissa Magalhães
Luíza Fernanda Esteves (trainee)

Coordenador de processo: Ricardo Camargo Cardoso

Código de certificação: IMA-MF-0011
Emissão do certificado: 13 de maio de 2018
Vencimento do certificado: 12 de maio de 2023

Contato do empreendimento: Maria Harumi Yoshioka
Endereço do empreendimento: Fazenda São Nicolau -
Rodovia PR 239 km 23, Arapoti, PR, CEP 84990-000
Responsável pelo Manejo Florestal: Tiago Eduardo
Leopoldo
Contato do responsável pelo Manejo Florestal:
TLeopoldo@arauco.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF	5
3. PROCESSO DE AUDITORIA	7
3.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	7
3.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA DE CAMPO	9
3.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE AUDITORIA	10
4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	11
4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	11
4.2. TÓPICOS SOBRE PARTES INTERESSADAS	11
4.3. CUMPRIMENTO DE RELATÓRIOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES (NCRs)	13
4.4. SEGUIMENTOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES	13
4.5. DESCRIÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	13
4.6. OBSERVAÇÕES	14
4.7. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	15
ANEXO I – Escopo do EMF	16
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas	17
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	17

SIGLAS E ABREVIações

AAVC	Atributo de Alto Valor para a Conservação
ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ACEIM	Associação Comercial Empresarial de Imbaú
APP	Área de Preservação Permanente
APRE	Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal
BR	Brasil
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDEA	Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental
CI	<i>Conservation International</i> do Brasil
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora em Perigo de Extinção
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DDS	Diálogo Diário de Segurança
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EEI	Espécie Exótica Invasora
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
PCA	Programa de Conservação Auditiva
FAJAR	Faculdade Jaguariaíva
FAVC	Floresta de Alto Valor para Conservação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FISPQ	Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i> ou Conselho de Manejo Florestal
FUNCEMA	Fundo Nacional de Controle de Praga Florestal
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMA	Incremento Médio Anual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IO	Instrução Operacional
ITR	Imposto Territorial Rural
LAIPD	Levantamento de Aspectos e Impactos, Perigos e Danos
LERF	Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal

MISO	Monitoramento de Impactos Sociais e Operacionais
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não Conformidade
NR 31	Norma Regulamentadora 31
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMF	Organização de Manejo Florestal
ONG	Organização Não Governamental
PCF	Programa de Certificação Florestal
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
P&C	Princípios e Critérios
PFNM (ou NTFP)	Produtos Florestais Não-Madeireiros
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RAM	Relatório Anual de Monitoramento
PR	Paraná
RH	Recursos Humanos
RL	Reserva Legal
S/A	Sociedade Anônima
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESMET	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SLIMF	Florestas pequenas e com baixa intensidade de manejo (<i>Small and Low Intensity Managed Forest</i>)
SP	São Paulo
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de auditoria de monitoramento anual foi analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal da Arauco Florestal Arapoti S.A., de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação. Além deste objetivo principal, esta auditoria visou também:

- Uma análise das ações tomadas para resolver as não conformidades identificadas durante a auditoria anterior;
- O tratamento de eventuais reclamações;
- A verificação da eficácia do sistema de gestão com respeito ao alcance dos objetivos do cliente certificado;
- O progresso de atividades planejadas visando a melhoria contínua;
- O contínuo controle operacional;
- A análise de quaisquer mudanças, e
- O uso de marcas e/ou quaisquer outras referências à certificação.

Este relatório apresenta os resultados dessa auditoria independente conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola).

A seção 4 deste relatório descreve as evidências e conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento às normas da ABNT NBR 14789:2012 e às ações de seguimento solicitadas por meio das não conformidades identificadas.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreendem planejamento de auditorias, avaliações e decisões de certificação e manutenção de certificação, são de responsabilidade do mesmo, não existindo a subcontratação de nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflitos: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF

Neste monitoramento foram incluídas 3 áreas no escopo do certificado, sendo uma gleba dentro da fazenda Barra Mansa Stora Enso – FB-01 (cessão de comodato) e outras partes também das fazendas Barra Mansa e Caetê, perfazendo uma área total de aproximadamente 258 hectares. Foram excluídas áreas de parte da fazenda São Nicolau, uma AVC de 580,91 hectares, em virtude da inviabilização da realização do controle de espécies exóticas invasoras (especialmente *Pinus* sp.) devido aos riscos operacionais de segurança do trabalho e integridade dos colaboradores da empresa na execução da atividade e da fazenda Salto Cavalcante de aproximadamente 3 hectares, em virtude de ter sido desapropriada em 2019.

Ajustes de georreferenciamento também ocorreram na adequação das fazendas, reduzindo a área em 21,97 ha da área total.

As tabelas a seguir descrevem e detalham o uso do solo nas áreas que compõem o atual escopo do certificado:

Áreas incluídas no escopo do certificado:

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Stora Enso – Gleba FB-01	Arapoti	255,80	127,60	102,70	0,00	25,5	Contrato Comodato
Barra Mansa	Arapoti	0,15	0,00	0,00	0,00	0,15	Própria
Caetê	Curiúva	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	Própria
TOTAL	—	257,95	127,60	102,70	0,00	27,65	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente à conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas à conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, etc.

Áreas excluídas do escopo de certificação

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Salto Cavalcante	Tomazina	3,11	0	3,11	0	0	Própria
São Nicolau	Arapoti	580,91	0	580,91	0	0	Própria
TOTAL	—	584,02	0	584,02	0	0	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente à conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas à conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, etc.

Áreas atuais no escopo de certificação (2020):

Fazenda	Município	Área	Titulação
---------	-----------	------	-----------

		Total	Área de produção	Remanescentes *	Outras áreas **	
Barra Mansa	Arapoti	7.482,87	3.765,53	1.439,76	342,97	Própria
			127,60	102,70	25,5	Contrato Comodato
	Jaguariaíva		73,24	40,89	7,84	Própria
	S. J. da Boa Vista		1.163,51	309,21	84,12	Própria
Caetê	Curiúva	6.946,50	4.298,37	2.317,14	330,99	Própria
Coqueiros	Imbaú	5.118,45	1.099,34	819,44	115,86	Própria
	Reserva		1.989,00	986,23	108,58	Própria
Matarazzo	Jaguariaíva	466,92	302,54	139,46	24,92	Própria
Planalto	S. J. da Boa Vista	506,07	301,41	170,58	34,08	Própria
Salto Cavalcante	Arapoti	66,67	6,26	13,51	0,48	Própria
	Tomazina		20,10	21,29	5,03	Própria
São Nicolau	Arapoti	28.069,50	12.537,16	9.716,22	1.304,03	Própria
	Jaguariaíva		1.234,60	460,11	75,13	Própria
	Piraí do Sul		1.902,33	763,54	76,38	Própria
TOTAL	————	48.656,98	28.820,99	17.300,08	2.535,91	————

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente à conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas à conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, etc.

3. PROCESSO DE AUDITORIA

3.1. Auditores e qualificações

a) Análise de conformidade da documentação

Nome do auditor	Ricardo Camargo Cardoso	Atribuições do auditor	Auditor líder no processo de análise de conformidade da documentação
-----------------	-------------------------	------------------------	--

Qualificações	Engenheiro florestal com mais de trinta anos de experiência em empresas de base florestal (plantações) e certificação florestal e ambiental, Advogado, Mestre em Planejamento e Gestão do Território e membro do Imaflora, coordenador de certificação FSC para manejo florestal de plantações. Participação em mais de cinquenta processos de certificação florestal em empresas de plantações florestais. Auditor líder no sistema FSC. Instrutor de cursos de Formação de Auditores FSC, promovidos pelo Imaflora, possui formação adicional em cursos sobre ISO 19011, ISO 14001 (Auditor Líder) e CERFLOR (Formação de Auditores).
---------------	---

b) Auditoria de campo

Nome do auditor	Maureen Voigtlaender	Atribuições do auditor	Auditora líder. Aspectos ambientais e operacionais.
Qualificações	Engenheira florestal, Mestre, Doutora em Ciências e Pós-doutora em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência nas áreas de conservação e silvicultura de ecossistemas florestais. Possui formação em cursos internos de auditores ministrados pelo IMAFLORA e formação adicional em curso de ISO 14001:2015 (Lead Assessor) e treinamento de Formação de Auditores e equipe interna de Manejo Florestal Sustentável (CERFLOR).		

Nome do auditor	André de Castro e Silva	Atribuições do auditor	Aspectos ambientais e operacionais.
Qualificações	Engenheiro agrônomo especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais. Formação adicional como Auditor Líder Ambiental ISO 14001:2015, credenciado pelo IRCA. Sólida experiência de atuação, junto ao Imaflora, como auditor em certificação de manejo florestal de florestas plantadas. Vivência de campo em atividades e operações florestais, e histórico profissional como Assessor técnico na Fundação Agência das Bacias PCJ, Analista ambiental e Coordenador regional de Pesquisa e Biodiversidade no Instituto Estadual de Florestas/MG. Participação em curso de Capacitação sobre Madeira Controlada FSC (2019) e Treinamentos (2016/17/19) de atualização para auditores FSC e CERFLOR, ministrados pelo Imaflora.		

Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Aspectos sociais.
Qualificações	Doutora em Planejamento e Gestão do Território (UFABC/Dinâmicas Territoriais), Mestre em Energia (UFABC/Ambiente e Sociedade), Cientista Social (Unicamp). Consultora especialista em programas de capacitação e apoio à implantação de agendas socioambientais junto a organizações dos diversos setores, com ampla experiência em planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos. Auditora social desde 2011, com formação adicional em cursos de atualização para auditores FSC e CERFLOR pelo Imaflora/ <i>Rainforest Alliance</i> e <i>Lead Assessor</i> ISO 9001: 2015.		

Nome do auditor	Luíza Fernanda França Esteves	Atribuições do auditor	Trainee social.
Qualificações	Auditora em treinamento pelo Imaflora. Engenheira Ambiental pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Engenheira de Segurança do Trabalho pela Faculdade Pitágoras. Gestora de Projetos pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (USP). Atua há 10 anos em processos de regularização ambiental de empreendimentos. Possui experiências na implantação e manutenção de certificações florestais como gestora e consultora de empresas de base florestal, e elaboração e condução de projetos socioambientais. Possui formação		

	adicional com curso da ISO 9.001:2008 (auditor interno) e ISO 14.001:2015 (auditor líder).
--	--

3.2. Cronograma de auditoria de campo

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
09/03/2020	Fazenda São Nicolau - Escritório Florestal (Arapoti/PR)	- Reunião de abertura - Definição e planejamento da auditoria
10/03/2020	Fazenda São Nicolau (Arapoti/PR)	- Aplicação de herbicida manual - Entrevista com trabalhadores próprios - Colheita mecanizada (eucalipto e pinus) - Baldeio, carregamento e transporte florestal - Alargamento de estrada - Talhão de pesquisa - Plantios de eucalipto e pinus - Reserva do Matão (AAVC ambiental) - Caxambu (AAVC ambiental) - Cemitério Dois Irmãos (AAVC social) - Controle de formiga - Conservação de estradas e aceiros - Conservação dos remanescentes naturais
	Comunidades Arrozal, Vila Rural, Vila Quizot e Gleba A (Arapoti/PR)	- Consulta às partes interessadas
11/03/2020	Fazenda Barra Mansa (Arapoti/PR)	- RPPN Barra Mansa (AAVC ambiental) - Plantios de eucalipto e pinus - Pomar de sementes - Gleba (FB-01) área candidata ao escopo do certificado - Guarita (balança) - Central de resíduos - Depósito de produtos químicos - Depósito de resíduos - Conservação de estradas e aceiros - Conservação dos remanescentes naturais
	Fazenda Boa Esperança (Arapoti/PR)	- Aplicação de herbicida mecanizado - Conservação de estradas e aceiros - Conservação dos remanescentes naturais
	Hotel (Arapoti/PR)	- Acomodação de trabalhadores (EPS)
12/03/2020	Fazenda São Nicolau - Escritório Florestal	- Análise documental - Reunião de consolidação

	(Arapoti/PR)	
13/03/2020	Fazenda São Nicolau - Escritório Florestal (Arapoti/PR)	- Reunião de encerramento
<p>Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 30. = número de auditores participando [03] multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas [10].</p>		

3.3. Descrição das etapas de auditoria

3.3.1. Análise de conformidade da documentação

Tem por objetivo realizar a análise da conformidade da documentação anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação.

3.3.2. Auditoria de campo

A auditoria de campo é realizada nas dependências do empreendimento para analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal do empreendimento de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.

- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.

- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas reuniões de equipe, presenciais ou por telefone, para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição das atividades do dia seguinte.

- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à direção da empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

3.3.3. Processo de consulta a partes interessadas

Durante a auditoria de monitoramento anual são conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas objetivando:

- Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos;
- Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais; e
- Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

3.3.4. Tratamento de não conformidades anteriores e identificação de novas não conformidades

Durante a semana de auditoria foram levantadas evidências para verificar as ações corretivas e preventivas implementadas para o atendimento de não conformidades aplicadas durante processos anteriores.

Caso sejam identificadas novas não conformidades durante esta auditoria, o empreendimento deverá definir e implementar ações corretivas e preventivas para seu atendimento, dentro dos prazos especificados.

4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

4.1. Análise de conformidade da documentação

Foram analisados os seguintes documentos, disponibilizados pelo empreendimento certificado:

- Resumo Público do Plano de Manejo 2018/2019;
- Procedimentos operacionais;
- Monitoramentos ambientais;
- Cadeia de custódia;
- Lista de contatos;
- Monitoramentos trabalhistas e de segurança e saúde ocupacional;
- Registros de ocorrências (demandas, queixas, conflitos fundiários);
- Documentos de monitoramentos sociais;
- Monitoramentos de impactos ambientais.

Aspectos de disponibilidade, organização e recuperação dos documentos examinados foram considerados adequados pelo auditor.

Com fundamento no exame efetuado, concluiu-se pela conformidade da documentação examinada.

4.2. Tópicos sobre partes interessadas

Durante o processo de consulta às partes interessadas, a equipe de auditoria recebeu comentários de trabalhadores e partes interessadas externas. Foram resumidos a seguir os principais itens identificados pela equipe de avaliação, descrevendo-se os encaminhamentos e eventuais resultados definidos pela equipe de auditoria.

Comentário 1:

Todos os trabalhadores da frente de trabalho exercem as mesmas funções e tarefas, mas os salários e rendimentos são diferentes, há trabalhadores que ganham mais que outros.

Resposta Imaflora:

A OMF adota um conjunto de regras e diretrizes para a definição de salários e rendimentos que pode acarretar diferenças entre trabalhadores exercendo mesma função. Há pelo menos três fatores que decorrem desse tipo de situação: após a reforma trabalhista, desde novembro 2017, 85% do pagamento de horas *in itinere* foi incorporado aos rendimentos de trabalhadores já contratados, mas a regra não vale para trabalhadores que foram contratados após esse período, acarretando diferenças nos rendimentos; em 2018 houve uma alteração de jornada de trabalho de 180 para 210 horas/mês, com respectivo aumento de salário para trabalhadores que já estavam contratados, sendo que a regra não valeu para trabalhadores novos, os quais receberam o salário original da função antes do aumento de carga horária, o que acarretou diferença salarial; há critérios de meritocracia adotados pela OMF, em que cada trabalhador é avaliado e pode receber aumento salarial, conforme sua performance, o que pode acarretar em diferenças de salário para mesma função. A OMF foi questionada por trabalhadores de outra unidade sobre situação similar, cujo processo foi analisado e indeferido pelo Ministério Público do Trabalho, o qual aceitou as justificativas fornecidas pela organização para tais situações. Foi verificado na análise documental que todos os contratos obedecem ao piso salarial estabelecido pelo STR que representa formalmente os trabalhadores e a OMF realiza ações de comunicação junto aos trabalhadores para o esclarecimento das regras e diretrizes para a definição de salários e rendimentos. Não foram verificadas não conformidades sobre o tema.

Comentário 2:

- Houve o transporte de madeira e a empresa utilizou o caminhão pipa para molhar a estrada, mas essa atividade ocorria apenas dia sim, dia não, uma vez ao dia. Foi pouco, porque era bastante pó.

- No início do transporte da madeira, a empresa manda o caminhão pipa todo dia e depois diminuiu a umectação, mas o fluxo de caminhões era o mesmo.

- Não tem umectação todo dia no período de transporte de madeira.

- Pararam de molhar a estrada no período de transporte de madeira, eu reclamei e voltaram a molhar.

Resposta Imaflora:

A OMF tem levantado o impacto de “poeira” relativo ao transporte de madeira e prevê a umectação de estradas como medida de mitigação. As frequências de molhamento seguem um plano estabelecido, nem sempre diário, com acompanhamento de reclamações junto às comunidades. Entretanto, o caminhão pipa que realiza a umectação é o mesmo que fica sob plantão de incêndio. Como consequência, podem acontecer situações em que, durante operações de combate a incêndios, o caminhão não está disponível para implantar a medida de controle prevista. Aplicou-se assim a OBS #02/20.

Comentário 3:

- Toda a região tem produção de apicultura. Os abelheiros querem aproveitar as áreas de plantio para colocar caixas, mas a empresa tem uma parceria com a associação municipal de apicultura que só autoriza 13 pessoas a fazerem a atividade. A empresa poderia ampliar a parceria com a associação para incluir mais produtores.

- Os abelheiros têm consciência de que não podem colocar caixas nas áreas verdes [áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal].

- Há mais ou menos 400 apicultores em Arapotí, pequenos e grandes, mas só 13 podem colocar caixas nas áreas da empresa e são todos grandes.

Resposta Imaflora:

A OMF mantém, de fato, uma parceria com a associação municipal de apicultura e há muitos anos permite a entrada de 13 apicultores. Foi verificado durante a auditoria a partes interessadas que a apicultura é uma atividade econômica expressiva na região das áreas de manejo, sendo diretamente dependente da floresta. Também foi evidenciado na análise documental que 112 das 203 ocorrências registradas pela área de segurança patrimonial são referentes a atividades não autorizadas de apicultura, reforçando sua importância. Foi emitida a OBS #01/20 pela ausência de uma análise mais aprofundada da OMF sobre a viabilidade de ampliação da parceria.

4.3. Cumprimento de relatórios de não conformidades anteriores (NCRs)

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicada durante auditorias anteriores. Para cada NCR solicitado são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs podem resultar na sua conversão para não conformidades maiores com prazo de cumprimento de três meses e risco de suspensão/cancelamento do certificado. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu satisfatoriamente o NCR.
Aberto	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> o NCR.

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem revisados).

4.4. Seguintes de não conformidades anteriores

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem convertidos a NCRs maiores).

4.5. Descrição de novas não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores em um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

Na presente auditoria não foram identificadas novas não conformidades com o padrão auditado.

4.6. Observações

Observações podem ser aplicadas quando os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade atual, mas podem se tornar uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento.

OBS 01/20	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1 a)
Descrição das evidências encontradas: a OMF realiza a avaliação de impactos socioeconômicos das operações florestais junto às comunidades diretamente afetadas. Atualmente, a apicultura é uma atividade econômica expressiva na região das áreas de manejo, sendo diretamente dependente da floresta. A OMF possui uma parceria com a associação municipal, que permite a utilização da floresta de eucalipto para a colocação de caixas de abelhas para 13 apicultores. Em auditoria de campo houve a demanda de apicultores para o aumento desse número e foi verificado na planilha de ocorrências do Monitoramento Patrimonial (2019) que 112 dos 203 casos registrados são referentes à presença de apicultura irregular, reforçando a importância da atividade. Nesse sentido, identificou-se a ausência de uma análise mais aprofundada da OMF sobre a viabilidade de ampliação da parceria, sendo emitida esta observação.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 02/20	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1 b)
<p>Descrição das evidências encontradas: o monitoramento realizado no planejamento de operações indica as medidas de mitigação de impactos diretos a serem implementadas, como a umectação de estradas para tratamento de poeira. As frequências de molhamento seguem um plano estabelecido, nem sempre diário, com acompanhamento de reclamações junto às comunidades. No entanto, nas entrevistas com as equipes técnicas e na análise documental, foi identificado que a umectação de estradas é realizada pelo mesmo caminhão pipa da área de combate a incêndios, conforme demanda das comunidades. Como consequência, podem acontecer situações em que, durante operações de combate a incêndios, o caminhão não está disponível para implantar a medida de controle prevista, tendo sido emitida esta observação.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

4.7. Conclusões de auditoria

Com fundamento na análise da conformidade do manejo do EMF com relação aos princípios, critérios e indicadores, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>atendidos</u> , manutenção do certificado recomendada. Nenhum NCR emitido.
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> . NCR(s) não atendido(s); suspensão requerida.
Comentários adicionais:	N/A.
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação:	N/A.

ANEXO I – Escopo do EMF

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome legal do EMF: Arauco Florestal Arapoti S.A.

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: individual.

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Subtropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	17.300,08 hectares
- Plantação	28.820,99 hectares
Margens de rios e corpos de água	1.343,26 quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	48.656,98 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado	46.121,07 ha
a. Área de produção florestal	28.820,99 ha
b. Área florestal não produtiva	17.300,08 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	17.300,08 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,00 ha
2. Área não florestal (ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)	2.535,91 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Safra atual (2020)	Safra projetada para o próximo ano
Pinus spp.	Pinus	386.900 ton.	366.933 ton.
Eucalyptus spp.	Eucalipto	622.540 ton.	853.287 ton.
Total		1.009.440 ton.	1.220.220 ton.
Total estimado de produção anual de toras			411.386 ton.
Total estimado de produção anual certificada (produtos NTFP)			0,00 m3
Lista de produtos florestais não madeireiros certificados			0,00 m3

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores (incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários):

Número total de trabalhadores:	325 trabalhadores	
Do total de trabalhadores acima:	311 homens	14 mulheres
Número de acidentes graves	00	
Número de fatalidades	00	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal ABNT NBR 14789:2012:

P & C	Conformidade: Sim, Não, N/A. ou N/M.	Descrição do atendimento dos requisitos da norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados).	NCR/OBS (#)
Princípio 1 – Cumprimento da legislação.			
1.1			
a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
b)	Sim	A OMF apresentou o mapa de toda a região de atuação das atividades de manejo, contendo a localização de comunidades, sítio arqueológicos, estradas, áreas indígenas, entre outros itens. Foram apresentados estudos de caracterização socioeconômica (Comunidades AFA Complemento 2015; RE-T-710-05 – F17035 Arauco Diagnóstico Socioeconômico Arapotí – rev01) das comunidades situadas no entorno das áreas de manejo. Os estudos de caracterização de comunidades têm previsão de atualização a cada 10 anos. O MISO traz uma ficha inicial de caracterização da comunidade, com informações sobre: a localização; o número de habitante e de famílias; as religiões predominantes; a ocorrência de festas tradicionais; a existência de escolas e postos de saúde; as principais atividades econômicas; a existência de comércio local; o acesso à energia, água tratada, coleta de lixo e transporte; os impactos negativos levantados (exemplos de MISO, tais como: MISO Gleba A PREOPER 07/01/2019 e 08/01/2019; MISO Cerrado das Cinzas PREOPER 13/03/2019).	N/A
1.2			
a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
d)	Sim	Na análise documental e nas entrevistas com as equipes técnicas foi possível evidenciar que as diretrizes apontadas no documento são seguidas na prática. Quando a situação é considerada segura, a equipe social entra em contato com as partes envolvidas para uma análise e encaminhamento do caso de forma participativa.	N/A

		Em 2019 houve uma invasão de área para a realização de um evento de moto (7º Trilhão de Jaguariaíva) e a equipe social foi até o local com os organizadores do evento para o estabelecimento de canal direto de diálogo entre as partes para que “transtornos futuros possam ser evitados”.	
e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
1.3.			
a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
e)	Sim	A organização forneceu o Plano de Manejo Florestal – 2019/2020, como evidências da existência de um sistema de gestão de saúde, segurança dos trabalhadores, onde são apresentados diretrizes e procedimentos para o manejo das áreas certificadas. Foi verificada a existência de plano de treinamento em SSO envolvendo as funções de trabalhadores responsáveis por atividades perigosas ou de risco, no documento (Requisitos MASSO – Treinamento), constando as referências, carga horária e outros requisitos. O controle de treinamentos realizados em 2019 foi verificado na planilha (Relatório de Horas de Treinamentos – Arapoti 2019), bem como nas entrevistas com trabalhadores e com equipes técnicas.	N/A
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.			
2.1			
a)	Sim	A organização possui um procedimento (PO-CER-CWB-03 LAIPD_11022020202002) que define e estabelece a sistemática para a identificação e avaliação dos aspectos e impactos ambientais. A identificação dos aspectos e impactos, perigos e danos é realizado por diferentes departamentos, sendo Meio Ambiente e Certificação Florestal, SSO e áreas operacionais. A avaliação foi apresentada por meio de uma planilha LAIPD que setoriza as avaliações para os seguintes processos: a. silvicultura, b. patrimonial, c. estradas, d. colheita, e. manutenção, f. logística, g. administrativo, h. meio ambiental e certificação florestal e i. pesquisa. Dentro de cada processo são avaliados os aspectos e impactos de para cada atividade e/ou operação, por meio dos seguintes critérios: situação, tipo de impacto, referência, abrangência, frequência ou probabilidade e gravidade. De forma complementar, são definidas a “importância” e “definição de significância”. De acordo com a avaliação de cada operação dentro de	N/A

		<p>cada processo, a organização definiu que a importância (grau de risco) maior ou igual a 6 é considerado significativo (priorização de estabelecer ações preventivas e corretivas, assim como, melhoria das medidas de controle disponíveis). Já importância abaixo de 6 é considerado não significativo. Na silvicultura, na atividade de controle de mato-competição, o controle químico manual, semimecanizado e mecanizado são considerados “significativos”, bem como o preparo da calda de herbicida (LAIPD_AFA – 2020).</p>	
b)	Sim	<p>A organização apresenta no seu PMF (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019) no item “Objetivos do Manejo Florestal”, sendo que as principais espécies manejadas são do gênero <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>. A mais intensivamente plantada e manejada é o <i>Pinus taeda</i>. Esta é a mais importante dentre as espécies de pinus plantadas no Brasil, uma vez que sua área de abrangência chega a atingir um milhão de hectares nos planaltos da região sul do Brasil. Amplamente utilizada para a produção de celulose, papel, madeira serrada, compensados e painéis de madeira reconstituída. A espécie tem um bom desenvolvimento no sul do país, devido ao clima fresco e inverno frio, com resistência a geadas e com disponibilidade constante de umidade durante o ano. Já em relação ao eucalipto, as espécies manejadas são o <i>Eucalyptus grandis</i> e o <i>Eucalyptus urograndis</i>. O gênero é originário da Austrália e foi introduzida no Brasil em 1825. Possui importantes características como grande resistência e a capacidade de crescer rapidamente. Estudos de introdução do eucalipto no estado do Paraná são conduzidos pela EMBRAPA desde 1985. O <i>Eucalyptus grandis</i> é recomendado para regiões livres de geadas severas, possui bom crescimento volumétrico e rendimento. Sua madeira pode ser empregada para diversas finalidades, principalmente fins energéticos, celulose e fibras. Já o <i>Eucalyptus urograndis</i> é o resultado do cruzamento do <i>E. urophylla</i> x <i>E. grandis</i>. Este cruzamento fortaleceu as melhores características de cada espécie (alto crescimento e rendimento do <i>E. grandis</i>, bem como resistência a doenças do <i>E. urophylla</i>). Hoje, este híbrido é o mais plantado em todo o país.</p>	N/A
c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
f)	N/M	Indicador não auditado	N/A

	g)	Sim	A OMF apresentou, através do Plano de Manejo Florestal – 2019/2020 e nas entrevistas com equipes técnicas, as diretrizes e procedimentos do Manejo das áreas certificadas, bem como os Programas de Responsabilidade Socioambiental, onde a Educação Ambiental é trabalhada junto aos colaboradores, envolvendo também escolas de comunidades do entorno.	N/A
2.2				
	a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	f)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	g)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	h)	Sim	A organização apresentou um procedimento (PO-CER-CWB-12 DIRETRIZES PRAD) que estabelece as diretrizes e define a sistemática para o planejamento, execução e realização do monitoramento das áreas degradadas. As técnicas de recuperação de áreas degradadas compõe as seguintes metodologias: a) regeneração natural, b) recomposição com espécies florestais nativas ou exóticas, c) transposição de serapilheira, d) instalação de poleiros artificiais, e) transposição de galharia, f) semeadura, g) isolamento da área, h) sistematização de taludes e erosões e i) ações para estradas eliminadas. A organização possui três PRADs nas glebas SN-10 (Menarim), SN-09 (Skidder) e SN-06 (Caminhão), na fase de enriquecimento, encerrado e monitoramento, respectivamente (2020-03-05 Catálogo PRADs – AFA).	N/A
2.3				
	a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	f)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	g)	N/M	Indicador não auditado	N/A
2.4				
	a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
	e)	N/M	Indicador não auditado	N/A

Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica.

3.1			
a)	Sim	<p>A organização possui um programa de melhoramento para Eucalipto e Pinus. Para eucalipto foram realizados 36 ensaios, englobando 20 espécies diferentes: <i>Eucalyptus brassiana</i>, <i>E. urophylla</i>, <i>E. phaeotricha</i>, <i>E. citriodora</i>, <i>E. exceta</i>, <i>E. tereticornis</i>, <i>E.robusta</i>, <i>E. saligna</i>, <i>E. grandis</i>, <i>E. viminalis</i>, <i>E. dunnii</i>, <i>E. cloesiana</i>, <i>E. propinqua</i>, <i>E. camaldulensis</i>, <i>E. pellita</i>, <i>E. maculata</i>, <i>E. pilularis</i>, <i>E. paniculata</i>, <i>E. microcorus</i>, <i>E. smithii</i>. A espécie <i>Eucalyptus grandis</i> apresenta sempre o melhor crescimento e o híbrido de <i>E. urograndis</i> possui um alto crescimento associado com resistência a enfermidades. Para avanços futuros e com toda a rede de ensaios de diversidade genética já implantada, iniciou um grande projeto de melhoramento genético denominado Projeto Gene Eucalyptus Brasil com metas e avanços genéticos definidos para a seleção de material de alta performance em campo. Para Pinus foram realizados 41 ensaios no gênero <i>Pinus</i> englobando 7 espécies diferentes, sendo elas: <i>Pinus caribaea</i> var. <i>bahamensis</i>, <i>P. jaliscana</i>, <i>P. maximinoi</i>, <i>P. patula</i>, <i>P. pseudostrobus</i>, <i>P. taeda</i> e <i>P. tecunumanii</i>.</p>	N/A
b)	Sim	<p>A organização apresenta no seu PMF (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019) no item “Objetivos do Manejo Florestal”, sendo que as principais espécies manejadas são do gênero <i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>. A mais intensivamente plantada e manejada é o <i>Pinus taeda</i>. Esta é a mais importante dentre as espécies de pinus plantadas no Brasil, uma vez que sua área de abrangência chega a atingir um milhão de hectares nos planaltos da região sul do Brasil. Amplamente utilizada para a produção de celulose, papel, madeira serrada, compensados e painéis de madeira reconstituída. A espécie tem um bom desenvolvimento no sul do país, devido ao clima fresco e inverno frio, com resistência a geadas e com disponibilidade constante de umidade durante o ano. Já em relação ao eucalipto, as espécies manejadas são o <i>Eucalyptus grandis</i> e o <i>Eucalyptus urograndis</i>. O gênero é originário da Austrália e foi introduzida no Brasil em 1825. Possui importantes características como grande resistência e a capacidade de crescer rapidamente. Estudos de introdução do eucalipto no estado do Paraná são conduzidos pela EMBRAPA desde 1985. O <i>Eucalyptus grandis</i> é recomendado para regiões livres de geadas severas, possui bom crescimento</p>	N/A

		volumétrico e rendimento. Sua madeira pode ser empregada para diversas finalidades, principalmente fins energéticos, celulose e fibras. Já o <i>Eucalyptus urograndis</i> é o resultado do cruzamento do <i>E. urophylla</i> x <i>E. grandis</i> . Este cruzamento fortaleceu as melhores características de cada espécie (alto crescimento e rendimento do <i>E. grandis</i> , bem como resistência a doenças do <i>E. urophylla</i>). Hoje, este híbrido é o mais plantado em todo o país.	
c)	Sim	Em entrevista foi informado que para avanços futuros e com toda a rede de ensaios de diversidade genética já implantada, iniciou um grande projeto de melhoramento genético denominado Projeto Gene Eucalyptus Brasil com metas e avanços genéticos definidos para a seleção de material de alta performance em campo.	N/A
d)	Sim	Por meio de entrevistas com gestores responsáveis e visitas de campo, foi evidenciado que organização não realiza experimentos e não faz o uso de organismos geneticamente modificados, na UMF.	N/A
3.2			
a)	Sim	Não foram evidenciados casos de conversões de remanescentes naturais em plantações florestais. Na avaliação atual apresentada foi constatado que nenhuma conversão de floresta nativa para área útil de efetivo plantio (Quadro de Áreas de Conversão_AFA). Em entrevista foi informado que de acordo com o histórico de ocupação as áreas eram antigas pastagens.	N/A
b)	Sim	Em auditoria de campo e análise dos mapas das fazendas auditadas, evidenciou-se que a distribuição dos talhões considera a disposição e o formato dos corpos d'água e dos remanescentes naturais.	N/A
c)	Sim	A organização realiza o monitoramento ambiental para identificar indícios da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção. Este monitoramento envolve várias questões, dentre elas relacionadas à biodiversidade (fauna e flora). O monitoramento de biodiversidade é realizado nas AAVCs que são consideradas áreas de grande relevância ecológica. Em termos de avifauna, foram identificadas 10 espécies sob algum grau de ameaça. <i>Amazona vinacea</i> (Papagaio-de-peito-roxo) é a ave sob o maior risco de ameaça, pois se encontra na red list da IUCN como Em perigo (EN), no livro vermelho de espécies ameaçadas do Brasil (2018) como Vulnerável (VU) e também na nova lista de aves ameaçadas do Paraná como vulnerável. De acordo com o livro vermelho da fauna brasileira ameaçada	N/A

		<p>de extinção, as populações de <i>A. vinacea</i> tendem ao declínio. <i>Onychorhynchus swainsoni</i> (Maria-leque-do-sudeste) é uma espécie que consta como vulnerável na red list da IUCN e como vulnerável na lista de espécies ameaçadas do Paraná. Não consta na lista de espécies ameaçadas do Brasil. <i>Pseudastur polionotus</i> (gavião-pombo) encontra-se quase ameaçada na red list da IUCN e também quase ameaçada na lista de aves ameaçadas do Paraná. <i>Pteroglossus bailloni</i> (araçari-banana) está quase ameaçado de acordo com a IUCN e no Estado do Paraná encontra-se vulnerável. Não está na lista de espécies ameaçadas do Brasil (Relatório Final Avifauna Arapoti 2018). Em termos de mastofauna, foram registradas 31 espécies de mamíferos distribuídos em oito ordens e pertencentes a 16 famílias. Para a AAVC Caxambu, foram registradas 22 espécies, para a RRPN Barra Mansa 22 espécies, e AAVC Reserva do Matão 29 espécies. Das 31 espécies observadas oito (<i>Alouatta guariba clamitans</i>, <i>Leopardus guttulus</i>, <i>Leopardus pardalis</i>, <i>Leopardus wieddi</i>, <i>Chrysocyon brachyurus</i>, <i>Myrmecophaga tridactyla</i>, <i>Puma concolor</i> e <i>Pecari tajacu</i>) encontram-se ameaçadas no estado do Paraná (decreto 7624 de junho de 2010 – Paraná) e <i>Leopardus guttulus</i> e <i>Myrmecophaga tridactyla</i> a nível mundial segundo a lista da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN-2017) (Relatório Final Mastofauna Arapoti 2018). Para a flora, as espécies mais ameaçadas pela lista “IUCN Red List” são: <i>Araucaria angustifolia</i> classificada como Criticamente em Perigo (CR) e <i>Cedrela fissilis</i> como Em Perigo (EN); e <i>Ilex paraguariensis</i> como Quase Ameaçada (NT). Considerando a lista Nacional da CNCFLORA as mais ameaçadas são: <i>Araucaria angustifolia</i> classificada como Em perigo (EN) e <i>Cedrela fissilis</i> como Vulnerável (VU). E por fim a listagem estadual (Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas no Paraná) sendo as espécies consideradas RARAS: <i>Myrocarpus frondosus</i> e <i>Machaerium paraguariensis</i>. e como Vulnerável as espécies <i>Araucaria angustifolia</i> e <i>Ocotea bicolor</i> entre outras (Relatório - AAVC Matão, Barra Mansa, Caxambu).</p>	
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
f)	Sim	A organização possui identificadas as unidades de conservação presentes na sua área de influência no PMF (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019 – Anexo 01 – Mapa geral das fazendas). As principais são: 1) APA - Área de Proteção Ambiental Escarpa Devoniana, 2)	N/A

		Parque Estadual do Cânion Quartelá, o Parque Estadual do Cerrado e diversas RPPNs.	
g)	Sim	A organização apresentou um procedimento (PO-CER-CWB-12 DIRETRIZES PRAD) que estabelece as diretrizes e define a sistemática para o planejamento, execução e realização do monitoramento das áreas degradadas. As técnicas de recuperação de áreas degradadas compõe as seguintes metodologias: a) regeneração natural, b) recomposição com espécies florestais nativas ou exóticas, c) transposição de serapilheira, d) instalação de poleiros artificiais, e) transposição de galharia, f) sementeira, g) isolamento da área, h) sistematização de taludes e erosões e i) ações para estradas eliminadas.	N/A
h)	Sim	Na avaliação atual apresentada não foram constatadas conversões de florestas nativas para área útil de efetivo plantio (Quadro de Áreas de Conversão_AFA).	N/A
i)	Sim	Quando adquiridas novas áreas pela organização, trata-se em geral de áreas de plantações florestais já estabelecidas, ou pastagens degradadas.	N/A
3.3			
a)	Sim	A organização monitora a ocorrência de formigas cortadeiras, mato-competição e/ou de outras pragas e doenças florestais significativas para a região e possui parceria com setores de pesquisa (FUNCEMA e EMBRAPA Florestas), os quais disponibilizam a metodologia e materiais de coleta de informações, para a proteção e controle das florestas em relação à presença de formigas e outros insetos nocivos.	N/A
b)	Sim	A organização possui estrutura própria para prevenção e combate a incêndios, e atua em conjunto com outras empresas da região. Durante visita de campo, foi observado pontos de captação de água, definidos e alocados em mapas. Equipamentos e estruturas de combate estão disponíveis na UMF e treinamentos periódicos são realizados. Conforme dados de monitoramento, no segundo semestre de 2019, devido um período atípico de estiagem, houve um aumento nas ocorrências e na quantidade de áreas afetadas por incêndio, resultando em 83 ocorrências com 180,5 ha afetados, sendo 96,17ha com danos severos e destes, 49,55 ha perdidos (Reflorestamento de pinus e eucalipto até 05 anos). De acordo com a organização, os principais influenciadores foram a geada no início do inverno, a baixa pluviosidade deste período e o aumento da temperatura. Como medidas de controles, foram implementadas ações,	N/A

		tais como: aumento dos monitoramentos das áreas (contratação de EPS especializada em segurança patrimonial), pois a maioria destes incêndios são causados por incendiários; realização de limpezas manuais e mecanizadas nos acessos aos pontos de maior criticidade, dentre outras (6.7.3; PMF Arapoti 2019.2020 vFINAL 15-04-2019; RAM Consolidado 2019_AFA; Histórico de Incêndios Novo Modelo 2019 – 2020; Boletim de Ocorrência).	
c)	Sim	A organização possui plano de monitoramento florestal que engloba a detecção de ocorrências/anomalias dentro da UMF, através da realização de vistorias periódicas nas suas áreas de manejo florestal, objetivando monitorar, dentro outros, a ocorrência de pragas e doenças, plantas daninhas (mato-competição) e formigas cortadeiras (PO-CER-CWB-10 Plano Anual de Monitoramento, rev06; RAM Consolidado 2019 AFA). A organização realiza o monitoramento e possui registros de condições meteorológicas, que são analisadas e orientam quanto aos riscos de incêndios florestais (Monitoramento de Incêndios).	N/A
d)	Sim	Por meio de parcerias, pesquisas e orientações técnicas, a organização demonstra o comprometimento em otimizar o uso de agrotóxicos, identificando riscos e analisando alternativas químicas e não químicas de controle de pragas e doenças. As principais espécies manejadas pela organização são do gênero Pinus e Eucalyptus e, conforme entrevistas com gestores responsáveis e documentos apresentados, as áreas manejadas não possuem histórico de ocorrência de pragas e doenças florestais com danos em nível econômico, exceto de formigas cortadeiras, os quais são gerenciados através de controles operacionais dentro da rotina das atividades de silvicultura. A organização integra o Projeto Cooperativo de Manejo Integrado de formigas cortadeiras, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Florestas) e o Fundo Nacional de Controle de Pragas Florestais (FUNCEMA). Através deste projeto, são desenvolvidos trabalhos de pesquisa (Relatório parcial do Projeto Formigas Funcema - 2020 – Arauco) para estabelecer um programa de manejo integrado para o controle de formigas cortadeiras em plantios de pinus e eucaliptos, com o objetivo de atender as condicionantes da derrogação FSC para o uso da sulfluramida, bem como reduzir a quantidade do uso de isca granulada para o mínimo necessário. Buscando aperfeiçoar a aplicação de	N/A

		<p>químicos para o controle de plantas daninhas e reduzir a quantidade de aplicações, e com o objetivo de fornecer diretrizes as coordenações de silvicultura, em 2014, foi implantada a orientação técnica “Recomendação Técnica geral para o uso de herbicidas nas culturas de Eucalyptus e Pinus” (Informe 46_2014 Recomendação Herbicidas v2). Atualmente, as moléculas recomendadas para o controle das plantas daninhas em plantios de eucalipto são: glyphosate, flumioxazina e carfentrazone em pós emergência, este último quando há infestação de difícil controle e flumioxazina e isoxaflutole em pré emergência. Para áreas de pinus, são recomendadas as moléculas glyphosate em pós emergência e Imazapyr em pré emergência, e para plantas de difícil controle. Para aperfeiçoar ainda mais a aplicação de químicos no controle da matocompetição, uma série de ensaios com cunho científico e operacional são continuamente implantados em campo (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019; 6.6.1).</p>	
e)	Sim	<p>Para o controle e monitoramento da praga da vespa-da-madeira (<i>Sirex noctilio</i>) em suas unidades de manejo de pinus, a organização realiza pesquisas para o uso de agente de controle biológico (<i>Deladenus siricidicola</i>). Evidenciou-se que as especificações técnicas e protocolos legais para o uso do agente biológico estão sendo atendidas. Uma das principais estratégias de monitoramento da vespa-da-madeira, é a instalação de árvores armadilhas. Foram instaladas 450 árvores armadilhas para monitoramento do período 2017/2018 e 750 árvores armadilhas para o período 2019/2020. Estas árvores são estressadas e visam detectar precocemente a ocorrência da praga e, também com a finalidade de avaliar a população nas áreas onde ela já se encontra. O ataque da vespa da-madeira ocorre, geralmente, da segunda quinzena de outubro até a primeira quinzena de janeiro. A partir do mês de março, grande parte das árvores já apresenta os sintomas de ataque. Nos meses de abril a maio é feita a vistoria das árvores armadilhas. Caso detectada a presença das larvas da vespa-da-madeira ou detectado alguns dos sintomas de ataque, é realizado o controle biológico através da inoculação dos nematoides (<i>Deladenus siricidicola</i>), produzidos e distribuídos pela EMBRAPA Florestal. Conforme documento apresentado, Informe da Pesquisa Nº. 01 DE 2019, Monitoramento da Vespa-da-Madeira (<i>Sirex noctilio</i> F.) ANO 2017/2018 (Informe 01_2019 Monitoramento da Vespa-da-Madeira</p>	N/A

		AFA), houve um aumento no percentual de árvores atacadas na organização, porém, houve uma diminuição dos ataques nas fazendas São Nicolau e Barra Mansa, necessitando de uma maior atenção nas fazendas Caetê, Coqueiros e Planalto. Conforme entrevista com gestor responsável, até o momento, a praga não provocou danos econômicos e está sob controle nas áreas da organização (6.8.2;6.8.3).	
3.4			
a)	Sim	A organização possui levantamentos de avifauna, mastofauna e dos remanescentes naturais, conhecendo a diversidade encontrada na UMF (Relatório - AAVC Matão, Barra Mansa, Caxambu; Relatório Final Avifauna Arapoti 2018; Relatório Final Mastofauna Arapoti 2018).	N/A
b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
d)	Sim	A organização realiza o monitoramento ambiental para identificar indícios da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção. Este monitoramento envolve várias questões, dentre elas relacionadas à biodiversidade (fauna e flora). O monitoramento de biodiversidade é realizado nas AAVCs que são consideradas áreas de grande relevância ecológica. Em termos de avifauna, foram identificadas 10 espécies sob algum grau de ameaça. <i>Amazona vinacea</i> (Papagaio-de-peito-roxo) é a ave sob o maior risco de ameaça, pois se encontra na red list da IUCN como Em perigo (EN), no livro vermelho de espécies ameaçadas do Brasil (2018) como Vulnerável (VU) e também na nova lista de aves ameaçadas do Paraná como vulnerável. De acordo com o livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção, as populações de <i>A. vinacea</i> tendem ao declínio. <i>Onychorhynchus swainsoni</i> (Maria-leque-do-sudeste) é uma espécie que consta como vulnerável na red list da IUCN e como vulnerável na lista de espécies ameaçadas do Paraná. Não consta na lista de espécies ameaçadas do Brasil. <i>Pseudastur polionotus</i> (gavião-pombo) encontra-se quase ameaçada na red list da IUCN e também quase ameaçada na lista de aves ameaçadas do Paraná. <i>Pteroglossus bailloni</i> (araçari-banana) está quase ameaçado de acordo com a IUCN e no Estado do Paraná encontra-se vulnerável. Não está na lista de espécies ameaçadas do Brasil (Relatório Final Avifauna Arapoti 2018). Em termos de mastofauna, foram registradas 31 espécies de mamíferos distribuídos em oito	N/A

		ordens e pertencentes a 16 famílias. Para a AAVC Caxambu, foram registradas 22 espécies, para a RRPN Barra Mansa 22 espécies, e AAVC Reserva do Matão 29 espécies. Das 31 espécies observadas oito (<i>Alouatta guariba clamitans</i> , <i>Leopardus guttulus</i> , <i>Leopardus pardalis</i> , <i>Leopardus wieddi</i> , <i>Chrysocyon brachyurus</i> , <i>Myrmecophaga tridactyla</i> , <i>Puma concolor</i> e <i>Pecari tajacu</i> encontram-se ameaçadas no estado do Paraná (decreto 7624 de junho de 2010 – Paraná) e <i>Leopardus guttulus</i> e <i>Myrmecophaga tridactyla</i> a nível mundial segundo a lista da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN-2017) (Relatório Final Mastofauna Arapoti 2018). Para a flora, as espécies mais ameaçadas pela lista “IUCN Red List” são: <i>Araucaria angustifolia</i> classificada como Criticamente em Perigo (CR) e <i>Cedrela fissilis</i> como Em Perigo (EN); e <i>Ilex paraguariensis</i> como Quase Ameaçada (NT). Considerando a lista Nacional da CNCFLORA as mais ameaçadas são: <i>Araucaria angustifolia</i> classificada como Em perigo (EN) e <i>Cedrela fissilis</i> como Vulnerável (VU). E por fim a listagem estadual (Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas no Paraná) sendo as espécies consideradas RARAS: <i>Myrocarpus frondosus</i> e <i>Machaerium paraguariensis</i> . e como Vulnerável as espécies <i>Araucaria angustifolia</i> e <i>Ocotea bicolor</i> entre outras (Relatório - AAVC Matão, Barra Mansa, Caxambu).	
3.5			
a)	Sim	Os remanescentes naturais Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária - (APPs e RLs) estão devidamente caracterizados e mapeados (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019). A organização apresentou estudo realizado para identificação de Áreas de Alto Valor de Conservação (R01_Plano_Biodiv_Arauco_Fase II_Arapoti e Senges_Final_08.08.14; Diag. Fauna Flora Flor.Estacional Semidecidual - São Nicolau II - 14-09-2010).	N/A
b)	Sim	Durante auditoria de campo foi observado que a organização protege amostras representativas do ecossistema existente da Floresta Ombrófila Mista por meio da vigilância patrimonial que realiza rondas periódicas como parte das medidas de proteção.	N/A
c)	Sim	A organização desenvolve ações de conservação baseadas nos estudos ambientais e em ações de recuperação ambiental. A organização possui três PRADS nas glebas SN-10 (Menarim), SN-09 (Skidder) e SN-06	N/A

		(Caminhão), na fase de enriquecimento, encerrado e monitoramento, respectivamente (2020-03-05 Catálogo PRADs – AFA). Para cada área em recuperação foram apresentadas as intervenções realizadas até o momento, por meio de registros fotográficos e observações.	
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
3.6			
a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
b)	N/M	Indicador não auditado	N/A
c)	Sim	Os remanescentes naturais Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária - (APPs e RLs) estão devidamente caracterizados e mapeados (Mapas de campo), de acordo com a auditoria de campo. Verifica-se que os remanescentes naturais estão alocados para possibilitar a conectividade com a paisagem local. A organização apresentou estudo realizado para identificação de Áreas de Alto Valor de Conservação (R01_Plano_Biodiv_Arauco_Fase II_Arapoti e Senges_Final_08.08.14).	N/A
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar.			
4.1			
a)	Sim	Em análise documental e entrevista foi informado que em 2001, a organização realizou um levantamento de solos semidetalhado em todas as suas áreas produtivas, o que permitiu conhecer as classes de solos e as características físico-químicas dos mesmos. A partir deste trabalho, foi possível agrupar as regiões e talhões com características semelhantes com consequente manejo e produtividade semelhante (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019).	N/A
b)	Sim	As áreas da organização na região de Arapoti estão inseridas nas bacias hidrográficas do Cinzas, Itararé e Tibagi (PMF Arapoti_2019.2020_vFINAL_15-04-2019).	N/A
c)	Sim	Em auditoria de campo e análise dos mapas das fazendas auditadas, evidenciou-se que a distribuição dos talhões considera a disposição e o formato dos corpos d'água e dos remanescentes naturais.	N/A
d)	Sim	A organização evidenciou mapas de microplanejamento operacional, procedimentos e instruções operacionais, que estabelecem e direcionam o planejamento das rotinas e atividades operacionais, considerando a proteção dos recursos naturais. Em auditoria de campo, nas frentes operacionais, foi verificado que os operadores de máquinas florestais são treinados e possuem documentos	N/A

		de orientação para realização das atividades de colheita florestal, considerando a proteção dos recursos ambientais (PO-GEO-CWB-02 Microplanejamento Operacional, rev06; pasta: Colheita; Mapas microplanejamento AFA 2020).	
e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
4.2			
a)	Sim	Os plantios de Eucalyptus e Pinus são distribuídos em talhões (unidade mínima de manejo), sendo que as atividades de colheita florestal e silvicultura preveem cuidados no uso dos equipamentos, definição do tipo de preparo e instruções gerais para execução das atividades de forma a minimizar o impacto sobre o solo. Em auditoria de campo, não foram observadas situações de degradação do solo.	N/A
b)	Sim	Com base nas definições de unidades de manejo e nos levantamentos e estudos de solos realizados, são definidas as recomendações de adubações para cada situação. Conforme informado nas entrevistas, a organização realiza experimentos de adubação. Foi apresentado procedimento (IO-SIL-ARA-03 Adubação, rev05), que estabelece as rotinas de operação, cuidados ambientais, segurança e saúde ocupacional da atividade de adubação. A dosagem e composição do adubo dependem das necessidades identificadas em análise de solo, bem como das pesquisas, os quais juntamente resultam nas recomendações técnicas de fertilização.	N/A
c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
d)	Sim	Em visitas de campo, foram observados estradas, ramais e aceiros em bons estados de conservação, contendo obras-de-arte, sem acúmulo de água e ocorrência de processos erosivos evidentes. A organização possui instrução operacional (IO-EST-ARA-01 Construção e Manutenção de Estradas, rev07) que estabelece os critérios necessários para a construção, manutenção e conservação de estradas e aceiros florestais, levando em consideração o planejamento e execução, através de técnicas adequadas em conformidade aos aspectos pertinentes a questões operacionais, ambientais e sociais.	N/A
4.3			
a)	Sim	Foi observado que a organização possui depósito de produtos agroquímicos que cumprem com as recomendações técnicas para evitar vazamentos e danos aos recursos naturais e aos trabalhadores que neles operam. Foi identificada a presença de janelas de aeração, caixa de contenção e EPIs para manuseio dos	N/A

		produtos. Verificou-se que todos os produtos continham material informativo, ficha de emergência, recomendação técnica e boletim informativo.	
b)	Sim	Por meio de entrevistas, apresentação de documentos e visita ao depósito de agroquímicos, foi evidenciado que a organização possui um registro de controle de entrada e saída dos produtos agroquímicos e inventários atualizados das quantidades de produtos utilizados. Os documentos de orientação operacional de referência (IO-SIL-ARA-04 Controle da Matocompetição, rev07; IO-SIL-ARA-05 Combate a Formigas, rev06) definem os responsáveis em cada atividade, dosagens, tipo de controle, metodologia de aplicação, dentre outros. Foram verificados requisitos e métodos de aplicação da recomendação técnica e boletim informativo. O documento (RAM Consolidado 2019 AFA), apresenta os resultados de monitoramentos de consumo de agroquímicos, utilizados pela organização (PMF Arapoti 2019.2020 vFINAL 15-04-2019; Derrogação AFA 2020 v2, FISPQ).	N/A
c)	Sim	A organização não armazena, manipula ou utiliza agrotóxicos banidos no Brasil, produtos classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como do tipo 1A ou 1B e aqueles à base de hidrocarbonetos clorados.	N/A
d)	Sim	Foi verificada a existência do plano de treinamento em SSO envolvendo as funções de trabalhadores responsáveis por atividades com utilização de químicos, no documento (Requisitos MASSO – Treinamento), constando as referências, carga horária e outros requisitos. O controle de treinamentos realizados em 2019 foi verificado na planilha (Relatório de Horas de Treinamentos – Arapoti 2019). Entre os trabalhadores entrevistados foram amostrados e evidenciados o correto treinamento para execução das atividades florestais de manuseio e/ou aplicação de produtos agrotóxicos.	N/A
e)	Sim	Foi observado que a organização possui depósito de produtos agroquímicos, os quais cumprem com as recomendações técnicas para evitar vazamentos e danos aos recursos naturais e aos trabalhadores que neles operam. Foi identificado a presença de janelas de aeração, caixa de contenção e EPIs para manuseio dos produtos. Verificou-se que todos os produtos continham material informativo, ficha de emergência, recomendação técnica e boletim informativo. Foi apresentado o documento (IO-SIL-ARA-07 Armazenamento de Agroquímicos, rev06), que define as regras para o correto	N/A

		armazenamento e manuseio de agroquímicos no depósito de agroquímicos – herbicidas e iscas formicidas, bem como, das embalagens vazias e das roupas usadas para aplicação em campo no depósito de embalagens vazias e, procedimento (PO-CER-CWB-08 Gerenciamento de Resíduos, rev09) que visa orientar e estabelecer a sistemática para a gestão de resíduos, controles, avaliação e qualificação de prestadores de serviços ambientais nas unidades florestais, bem como, assegura os locais para a destinação.	
f)	Sim	A OMF apresentou o procedimento (IO-SIL-ARA-07 – Armazenamento de Agroquímicos, Revisão 6), definindo regras para o correto armazenamento e manuseio de agroquímicos, bem como das embalagens vazias e das roupas utilizadas para aplicação. Foi verificada em campo a correta aplicação dessas diretrizes.	N/A
g)	Sim	Conforme entrevistas em campo e análise documental, ficou evidenciado que a organização adota procedimentos de utilização de produtos agrotóxicos que consideram as condições climáticas, edáficas e topográficas.	N/A
h)	Sim	A organização possui procedimentos que orientam o monitoramento e manutenção dos equipamentos de aplicação de produtos agrotóxicos, utilizados na área florestal. Assim, preconiza-se a melhor performance dos equipamentos (disponibilidade mecânica, horas trabalhadas e produtividade), a redução de custos operacionais, segurança para os trabalhadores no uso e intervenções dos equipamentos e proteção ao meio ambiente (PO-MAN-CWB-01 Manutenção de Máquinas Florestais, rev5; IO-SIL-ARA-04 Controle da Matocompetição, rev07).	N/A
i)	Sim	A organização possui Plano de Gerenciamento de Resíduos que fornece orientações para o gerenciamento de resíduos, visando garantir o controle, a destinação e a disposição final adequada de resíduos, conforme requisitos legais aplicáveis a todos os resíduos gerados pela organização. Foram apresentados procedimentos para o gerenciamento de resíduos sólidos e produtos químicos, os quais estabelecem diretrizes quanto a coleta, transporte, armazenamento, qualificação dos destinadores e destino dos resíduos gerados (IO-SIL-ARA-07 Armazenamento de Agroquímicos, rev06; PO-CER-CWB-08 Gerenciamento de Resíduos, rev09).	N/A
j)	Sim	Com base nas definições de unidades de manejo e nos levantamentos e estudos de solos realizados, são	N/A

		definidas as recomendações de adubações para cada situação. Conforme informado nas entrevistas, a organização realiza experimentos de adubação. Foi apresentado procedimento (IO-SIL-ARA-03 Adubação, rev05), que estabelece as rotinas de operação, cuidados ambientais, segurança e saúde ocupacional da atividade de adubação. A dosagem e composição do adubo dependem das necessidades identificadas em análise de solo, bem como das pesquisas, os quais juntamente resultam nas recomendações técnicas de fertilização.	
4.4			
a)	Sim	A organização possui Plano de Gerenciamento de Resíduos que fornece orientações para o gerenciamento de resíduos, visando garantir o controle, a destinação e a disposição final adequada de resíduos, conforme requisitos legais aplicáveis a todos os resíduos gerados pela organização. Foram apresentados procedimentos para o gerenciamento de resíduos sólidos e produtos químicos, os quais estabelecem diretrizes quanto a coleta, transporte, armazenamento, qualificação dos destinadores e destino dos resíduos gerados. As informações de gestão qualitativas e quantitativas de resíduos e produtos químicos são apresentadas no documento RAM – Relatório Anual de Monitoramento (IO-SIL-ARA-07 Armazenamento de Agroquímicos, rev06; PO-CER-CWB-08 Gerenciamento de Resíduos, rev09; RAM Consolidado 2019 AFA).	N/A
b)	Sim	A organização apresentou registros da disposição final dos resíduos perigosos; os resíduos são transportados e destinados por empresas terceirizadas, especializadas nesse tipo de operação. Foram apresentadas as licenças de operação, autorizações ambientais, e comprovantes da devolução de embalagens de agrotóxicos. Foi apresentada uma tabela atualizada (Gestão de Resíduos), na qual são informadas a data de coleta, tipo de resíduo, descrição do resíduo, empresa de transporte, empresa de destino, quantidade, certificado de destinação final, dentre outras (6.7.2;6.7.3).	N/A
c)	Sim	A organização possui depósito adequado para gestão dos resíduos gerados pelas operações florestais. Os resíduos gerados são recolhidos e armazenados para serem devidamente descartados. O documento Gestão de Resíduos demonstra a destinação de seus resíduos para cada empresa legalmente habilitada para recebê-los. Foram apresentadas as licenças e autorizações legais e	N/A

		ambientais das empresas que adquirem os seus insumos (6.7.2;6.7.3).	
d)	Sim	A organização possui procedimento (PO-CER-CWB-06 Plano de Atendimento a Emergências,rev05) que caracteriza as principais situações emergenciais na área florestal, envolvendo situações de risco de acidentes com possibilidade de danos às pessoas, instalações, ao meio ambiente e a circunvizinhança, assim como define as responsabilidades pela análise e atuação nestes casos, e demais IOs que orientam em caso de acidentes com produtos químicos (IO-SIL-ARA-07 Armazenamento de Agroquímicos, rev06; PO-CER-CWB-08 Gerenciamento de Resíduos, rev09; IO-SIL-ARA-04 Controle da Matocompetição, rev07).	N/A
e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.			
5.1			
a)	Sim	A OMF realiza a avaliação de impactos socioeconômicos das operações florestais junto às comunidades diretamente afetadas, por meio de monitoramentos pré, durante e pós operações (exemplos de MISO, tais como: MISO Gleba A PREOPER 07/01/2019 e 08/01/2019; MISO Cerrado das Cinzas PREOPER 13/03/2019). Nos monitoramentos é aplicado o formulário de monitoramento de impactos sociais de operação – levantamento participativo com a comunidade, onde há uma lista de impactos previamente levantados e a possibilidade de agregar novos impactos percebidos pela população (amostra exemplar de formulários preenchidos, como: Formulário - Valdemar Almeida Pontes; Formulário - Nelson de Azevedo). O monitoramento indica trechos para umectação, onde há moradias, e rotas utilizadas por transporte escolar. Foi possível evidenciar a prática dos monitoramentos sociais em campo, nas entrevistas com vizinhos de áreas de manejo e moradores de rotas de transporte. O cronograma de monitoramento de impactos é elaborado anualmente, de acordo com o cronograma de operações florestais (Cronograma de Monitoramento e Canal de Diálogo AFA 2020), sendo as comunidades visitadas cerca de duas vezes durante o período de atividades, ou quando necessário, conforme demanda (entrevista com equipes técnicas). A apicultura é uma atividade econômica expressiva na região das áreas de manejo, sendo diretamente dependente da floresta, mas	OBS #01/20

		não está prevista como impacto socioeconômico (Identificação e enquadramento de Impactos Sociais – levantamento participativo 03/10/2019). Atualmente existe uma parceria da OMF com a associação municipal, que permite a utilização da floresta de eucalipto para a colocação de caixas de abelhas para apenas 13 apicultores. Em campo houve a demanda de apicultores para o aumento desse número e foi verificado na planilha de ocorrências do Monitoramento Patrimonial (2019) que 112 dos 203 casos registrados são referentes a atividades de apicultura irregulares, demonstrando que a situação decorre diretamente em risco à segurança patrimonial. Foi emitida a OBS #01/20 para a análise mais aprofundada sobre o tema.	
b)	Sim	O MISO realizado no planejamento de operações indica as medidas de mitigação de impactos diretos a serem implementadas, como a umectação de estradas para tratamento de poeira. As reclamações sobre poeira somam mais de 10% dos registros na planilha de demandas de partes interessadas, que registra tanto solicitações quanto reclamações. Em campo houve reclamações sobre a tratativa da poeira. Nas entrevistas com as equipes técnicas, foi possível identificar que a umectação de estradas é realizada pelo caminhão pipa da área de combate a incêndios, conforme demanda das comunidades. A análise documental sobre os dias em que houve umectação de estradas nas rotas de madeira no período de transporte (setembro e outubro 2019) mostrou que nos dias mais críticos de “perigo de incêndio”, quando há menor índice de precipitação e possibilidade de maior incidência de poeira, o caminhão pipa não está disponível para a umectação, sendo destinado ao plantão de incêndios. Assim, a medida de controle para o impacto poeira não vem sendo inteiramente eficaz, tendo sido emitida a OBS #02/20.	OBS #02/20
c)	N/M	Indicador não auditado	N/A
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A
e)	N/M	Indicador não auditado	N/A
f)	N/M	Indicador não auditado	N/A
g)	N/M	Indicador não auditado	N/A
h)	Sim	Foi evidenciado o PCMSO e implantação de programa, juntamente com a realização de campanhas, tais como “Outubro Rosa”, em combate ao câncer de mama e o Programa de Conservação Auditiva (PCA).	N/A
i)	Sim	A OMF apresentou no Plano de Manejo Florestal–	N/A

		2019/2020, as diretrizes e procedimentos do manejo das áreas certificadas, bem como os Programas de Responsabilidade Socioambiental, onde a Educação Ambiental é trabalhada junto aos colaboradores, envolvendo também escolas de comunidades do entorno.	
j)	Sim	A OMF apresentou o Plano de Manejo Florestal – Arauco/Arapoti – 2019/2020, onde constam diretrizes e procedimentos do Manejo das áreas certificadas. A análise documental de Programas de Saúde do trabalhador, registros de acidentes de trabalho e suas tratativas, pleno de treinamento, entre outros, bem como as visitas de campo com trabalhadores evidenciaram a implantação de um Sistema de SSO.	N/A
5.2			
a)	N/M	Indicador não auditado	N/A
b)	Sim	A OMF expõe os canais de comunicação utilizados pela OMF no documento (PO-RS-CWB-01 DPI Demandas de Partes Interessadas Afetadas, Revisão 8): Web site “CONTATE-NOS”; E-mail socioambiental e e-mail de demais funcionários; Funcionários diretos e indiretos da Arauco; Telefones; Correspondências/ofícios. Durante as visitas da equipe sociais aos vizinhos e moradores de rotas de transporte de madeira são distribuídos resumos públicos do plano de manejo, com essas informações. Um formulário de “Registro de demandas de partes interessadas/afetadas” é utilizado por funcionários durante contatos diretos.	N/A
c)	Sim	A OMF mantém os registros de comentários e demandas de partes interessadas em sistema digital sob informações de: data, cidade, solicitante, contato, atendimento, descrição da demanda, descrição da tratativa e encerramento (relatório Demandas de Partes Interessadas – 2019; entrevista com equipes técnicas). O encerramento é considerado quando o plano de ação é implementado e a pessoa responsável pela ocorrência foi consultada para saber se as ações foram eficientes.	N/A
d)	N/M	Indicador não auditado	N/A